

RELAÇÃO ACESSIBILIDADE E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA
PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO POR ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA
FÍSICA: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA DE CARAÚBAS

Paulo Pedro da Costa Silva¹

RESUMO

Este estudo de caso procurou investigar a relação entre acessibilidade e aprendizagem em uma escola pública regular na cidade de Caraúbas/RN. O interesse por este tema surgiu a partir da constatação do número crescente de pessoas com deficiência nas escolas, institutos e universidades. Embora a educação inclusiva não seja novidade no Brasil, partimos da legislação sobre inclusão, a Lei Brasileira de Inclusão e outros autores da área tais como Melo e Gonçalves (2013), Siqueira e Santana (2010), Aspilicueta et al. (2013), para analisar como se efetiva na prática a aprendizagem e a acessibilidade. Para isto utilizamos a metodologia qualitativa, com análise das entrevistas, compreendendo-as à luz do referencial teórico sobre inclusão. Concluímos reforçando a importância da educação inclusiva nas escolas brasileiras, a necessidade de ampliação dos espaços adaptados, o aperfeiçoamento de serviços como o atendimento educacional especializado e a necessidade de oferecer formação continuada aos professores que atuam na educação básica regular. Este artigo constitui o trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de letras língua portuguesa da UFERSA.

Palavras-chave: Educação inclusiva; acessibilidade; aprendizagem

ABSTRACT

This case study aimed to investigate the relationship between accessibility and learning in a regular public school in the city of Caraúbas/RN. Interest in this topic arose from the increasing number of people with disabilities in schools, institutes, and universities. Although inclusive education is not new in Brazil, we based our analysis on inclusion legislation, such as the Brazilian Inclusion Law, and other authors in the field, such as Melo and Gonçalves (2013), Siqueira and Santana (2010), Aspilicueta *et al.* (2013), to examine how learning and accessibility are implemented in practice. To this end, we employed a qualitative methodology, analyzing interviews and interpreting them in light of the theoretical framework on inclusion. We concluded by emphasizing the importance of inclusive education in Brazilian schools, the need to expand adapted spaces, the improvement of services such as specialized educational

¹ Licenciatura em letras língua portuguesa da UFERSA. Artigo de conclusão de curso TCC.

support, and the necessity of offering continuous training to teachers working in regular basic education. This article is the final course project presented to the Portuguese Language degree program at UFERSA.

Key Words: Inclusive education; Accessibility; Learning

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade e a educação inclusiva são temas centrais na promoção dos direitos das pessoas com deficiência física no Brasil. Este estudo visa discutir e analisar as dificuldades dos estudantes com deficiência quanto à aprendizagem no componente de língua portuguesa na Escola Estadual Sebastião Gurgel em Caraúbas-RN, A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) estabelecem diretrizes importantes para a promoção de uma educação igualitária e acessível. No entanto, apesar dos avanços legais, muitos desafios ainda persistem. As barreiras físicas, como a falta de infraestrutura adequada nas escolas e as barreiras atitudinais, como o despreparo de alguns educadores para lidar com as especificidades dos alunos com deficiência, continuam a serem empecilhos para a inclusão plena desses estudantes.

A acessibilidade vai além da simples adaptação dos espaços físicos; inclui a disponibilização de recursos pedagógicos acessíveis e a formação de professores para lidar com a diversidade em sala de aula. A ausência de rampas, elevadores, banheiros adaptados e mobiliário adequado são exemplos de obstáculos físicos que dificultam a participação ativa de alunos com deficiência. No âmbito pedagógico, a falta de materiais adaptados, como tecnologias assistivas e a carência de planejamento inclusivo por parte dos professores representam barreiras significativas para o aprendizado.

Além disso, a frequência escolar dos alunos com deficiência física é prejudicada pela falta de acessibilidade no transporte público e escolar, levando a uma maior taxa de ausência e ao consequente déficit de aprendizagem. Programas como o "Escola Acessível" e o "Transporte Escolar Acessível – Caminho da Escola" são iniciativas governamentais importantes que visam minimizar essas barreiras, fornecendo recursos para a adaptação das escolas e o transporte adequado para alunos com deficiência. No entanto, a implementação ainda enfrenta desafios, principalmente em áreas rurais ou menos favorecidas economicamente.

Do ponto de vista pedagógico, a inclusão exige que os professores adotem práticas que levem em consideração as diferenças individuais e utilizem metodologias que favoreçam o

desenvolvimento de todos os alunos. A falta de capacitação continuada dos professores é um fator que compromete a inclusão e o sucesso acadêmico desses estudantes. Quando as necessidades educacionais dos alunos com deficiência física não são atendidas, eles correm o risco de ficarem marginalizados, realizando atividades separadas da turma, o que compromete sua interação social e o progresso educacional. Portanto, este estudo aponta para a necessidade, ainda nos dias atuais, mesmo com os avanços na legislação, para a inclusão plena dos alunos com deficiência física nas escolas públicas. A relação que pretendemos estabelecer será entre os conceitos de acessibilidade e aprendizagem, destacando os avanços que as escolas e os professores neste estudo de caso conseguiram implementar nesta área, ao mesmo tempo em que apontamos os aspectos que ainda precisam ser observados para que o ideal de uma escola que acolhe a todos e ensina a todos, seja de fato uma realidade.

Para que esta escola que desejamos exista precisamos superar as barreiras que ainda persistem. Para isso, Segundo " propõe um deslocamento da visão educacional que se sente ameaçada pela inclusão para uma perspectiva que se abre para os novos saberes, novos estudantes e outras formas de ensinar e avaliar a aprendizagem" (2015, p. 11) Assim nosso trabalho procurou responder à seguinte pergunta: Quais são as principais dificuldades de aprendizagem dos alunos com deficiência física na disciplina de língua portuguesa? E para responder a esta questão central nos propomos como objetivo geral analisar as dificuldades dos estudantes com deficiência quanto à aprendizagem no componente de língua portuguesa na Escola Estadual Sebastião Gurgel em Caraúbas-RN, onde frequenta uma aluna com deficiência física. Os objetivos específicos pretenderam verificar os métodos didáticos adaptados utilizados no processo de ensino-aprendizagem para alunos com deficiência física, a análise das dificuldades específicas em língua portuguesa sob o ponto de vista daquele que tem deficiência e identificar os assuntos em língua portuguesa que estes alunos possuem maior dificuldade e porquê.

Os estudantes com deficiência física estão incluídos nas escolas regulares, mas enfrentam maiores dificuldades de acesso e frequência, em comparação com os demais alunos sem deficiência. Dependendo do tipo de deficiência física, o aluno pode apresentar dificuldades na escrita e, por vezes, realizar atividades separadas da turma, enquanto os demais alunos avançam no desenvolvimento da escrita. Esses alunos, com comprometimento motor significativo, tendem a se distanciar do processo de aprendizagem em língua portuguesa. E uma vez evidenciada o prolongamento desta dificuldade de aprendizagem em língua portuguesa, todos os demais componentes curriculares da escola também sofrem déficit de aprendizagem,

visto que o conhecimento escolar depende da capacidade de escrita, leitura e interpretação como base para continuar aprendendo. Por considerar este aspecto muito importante ainda para a formação dos novos professores, justificamos a iniciativa deste estudo e propomos para ele, um estudo de caso em uma escola regular na cidade de Caraúbas/RN, na qual é frequentadora uma aluna com deficiência física. Para isto realizamos observação e entrevistas na Escola Estadual Sebastião Gurgel e também entrevistamos a professora de língua portuguesa dessa aluna com o objetivo de identificar possíveis dificuldades que a estudante enfrenta neste importante componente curricular. Além disso, procuramos perceber se a aluna está incluída em todas as atividades escolares e se a escola dispõe de recursos de acessibilidade adequados para garantir sua plena participação.

O artigo está organizado da seguinte forma: apresentamos a introdução do assunto, em seguida trazemos o referencial teórico utilizado através dos conceitos principais de educação inclusiva, barreiras, acessibilidade e aprendizagem. Após estes tópicos apresentamos nossa escolha metodológica, de caráter qualitativo com entrevista aos sujeitos desta pesquisa, a análise dos dados e finalmente as considerações finais.

2 INCLUSÃO OU INTEGRAÇÃO

Neste subtópico abordaremos três aspectos centrais: educação inclusiva, barreiras e acessibilidade e acessibilidade e aprendizagem. Inicialmente, discutiremos a educação inclusiva, ressaltando que todas as pessoas devem estar incluídas no processo educativo em igualdade de condições. Em seguida, analisaremos as barreiras e a acessibilidade, destacando os desafios enfrentados por alunos com deficiência nas escolas. Por fim, discutiremos a acessibilidade como um fator essencial para a aprendizagem, enfatizando o direito das pessoas com deficiência a uma aprendizagem de qualidade.

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nos últimos anos, a presença de estudantes com deficiência nas escolas e universidades tem aumentado progressivamente, graças aos avanços legais proporcionados pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (BRASIL, 2015). Conforme essas legislações, o foco está voltado para garantir os direitos educacionais das pessoas com deficiência. Define-se como pessoa com deficiência (PCD) o indivíduo que requer cuidados

específicos devido às limitações físicas, sensoriais ou intelectuais que possui. Essas pessoas enfrentam diversas barreiras em comparação a aquelas que não possuem deficiência, necessitando de um ambiente que ofereça suporte adequado para sua inclusão e desenvolvimento. Segundo a legislação (BRASIL, 2004), a deficiência física pode ser caracterizada como uma alteração parcial ou total de um ou mais segmentos do corpo, comprometendo a função física. Isso pode ocorrer sob a forma de paraplegia, tetraplegia, paralisia cerebral, entre outros, resultando na perda ou redução da mobilidade corporal (MELO; GONÇALVES, 2013, p. 86).

Embora os alunos com deficiência física estejam frequentando as escolas, eles enfrentam dificuldades maiores em comparação a seus colegas sem deficiência. Estudantes sem deficiência costumam ter frequência escolar regular, pois são independentes. Já os alunos com deficiência física, por serem mais dependentes de auxílio externo, podem faltar com maior frequência à escola, o que compromete significativamente seu processo de aprendizagem. A acessibilidade, de acordo com Siqueira e Santana (2010), é definida como a condição necessária para o uso seguro e autônomo de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações e serviços de transporte. Assim, a acessibilidade constitui um direito fundamental para as pessoas com deficiência, idosos e gestantes, permitindo-lhes acesso a diversos ambientes de maneira independente, sem a necessidade de auxílio constante.

O conceito de barreira na educação inclusiva refere-se a obstáculos ou impedimentos, de diferentes naturezas, que dificultam ou impossibilitam o acesso, a permanência e o pleno desenvolvimento educacional de estudantes, especialmente aqueles com deficiências ou necessidades educacionais específicas. No contexto da escola pública essas barreiras podem ser físicas, como a falta de acessibilidade nas instalações; comunicacionais, como a ausência de recursos adequados para a comunicação em libras para estudantes surdos; atitudinais, relacionadas a preconceitos e estigmas que marginalizam ou desvalorizam a capacidade de aprendizado desses estudantes; e pedagógicas, que englobam a falta de adequação curricular, metodologias e materiais didáticos que atendam à diversidade das necessidades educacionais dos alunos. A superação dessas barreiras está diretamente ligada ao compromisso com os princípios da educação inclusiva, os quais demandam a criação de ambientes escolares adaptados, com profissionais capacitados, políticas públicas eficazes e a promoção de uma cultura educacional que valorize a diversidade como um elemento central da prática pedagógica.

2.2 BARREIRAS E ACESSIBILIDADE

Oliveira (2013) destaca que para promover a acessibilidade nas escolas, é fundamental que as instituições implementem núcleos ou projetos de apoio para pessoas com deficiência. Esses núcleos funcionam como espaços de encontros, defesa de mudanças e suporte pedagógico, visando à inclusão e ao sucesso acadêmico desses alunos. A criação de espaços físicos adequados, além da promoção de políticas de apoio, é essencial para eliminar as barreiras que limitam o pleno desenvolvimento educacional e social dos estudantes com deficiência.

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 reforça a necessidade de eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restrinjam a participação dos alunos com deficiência, promovendo um ambiente educacional mais acessível e inclusivo (GUERREIRO, 2012). Esse decreto visa assegurar que todas as instituições de ensino ofereçam igualdade de oportunidades, garantindo que os alunos com deficiência tenham acesso pleno à educação.

Entretanto, uma das principais dificuldades para a promoção da acessibilidade nas escolas está relacionada à falta de planejamento pedagógico que considere as necessidades específicas dos alunos com deficiência. Segundo ASPILICUETA et al. (2013), a acessibilidade é prejudicada quando os professores não adaptam suas aulas para contemplar as diferenças entre os alunos. Assim, torna-se imprescindível que os docentes estejam cientes das diversidades presentes em sala de aula e integrem estratégias inclusivas em seu planejamento, a fim de garantir o acesso equitativo à educação para todos os discentes.

Portanto, dessa forma, barreiras e acessibilidade são duas coisas que estão presentes na maioria das escolas, e no dia a dia das pessoas que tem algum tipo de deficiência, como por exemplo, na escola na qual realizamos este estudo de caso. A entrevista com a aluna com deficiência revela que ela enfrenta pelo menos uma barreira diária, que é a ausência de uma sala de atendimento educacional especializado (AEE) capaz de auxiliar os professores na adaptação do material e auxiliá-la também em suas dificuldades de aprendizagem, podendo desenvolver melhor suas habilidades e encontrar alternativas pedagógicas para suas dificuldades.

Os conceitos de barreira e acessibilidade estão intrinsecamente relacionados no campo da educação inclusiva, uma vez que a superação das barreiras é fundamental para garantir a acessibilidade plena no ambiente escolar. Enquanto barreira refere-se aos obstáculos que limitam ou impedem o acesso, a participação e o desenvolvimento dos estudantes, a acessibilidade é o princípio que visa eliminar essas barreiras, promovendo um ambiente inclusivo e equitativo. Na educação, a acessibilidade envolve a adequação das infraestruturas

físicas das escolas, garantindo mobilidade para estudantes com deficiências motoras, assim como a oferta de recursos e tecnologias assistivas.

A acessibilidade também abrange questões comunicacionais e atitudinais, como a promoção de uma cultura escolar que respeite e valorize a diversidade e a capacitação de profissionais para lidar com essa pluralidade. No Brasil, essa interconexão é consolidada por legislações, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), que estabelece diretrizes para garantir a acessibilidade em todos os níveis da educação, removendo as barreiras que excluem ou limitam a participação de indivíduos com deficiências. Portanto, barreira e acessibilidade são conceitos complementares: a identificação e eliminação de barreiras são essenciais para a efetivação da acessibilidade, promovendo uma educação inclusiva que assegure os direitos de todos os estudantes de forma equitativa e justa.

2.3 ACESSIBILIDADE E APRENDIZAGEM

A acessibilidade é um fator essencial para o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência, sendo seu direito fundamental ter acesso à educação de qualidade. No entanto, muitos desses estudantes ainda enfrentam obstáculos significativos, como a falta de infraestrutura acessível, o que compromete sua frequência e desempenho escolar. Conforme indicado por Brasil (2008, p. 12), é necessário organizar o acesso aos espaços físicos, recursos pedagógicos e meios de comunicação nas instituições de ensino, de modo a promover a aprendizagem e valorizar as diferenças. O Programa Escola Acessível, por exemplo, tem como objetivo promover condições de acessibilidade ² no ambiente escolar, disponibilizando recursos financeiros às escolas públicas para a adaptação arquitetônica e a aquisição de materiais e tecnologias assistivas (BRASIL, 2013).

Além disso, o Programa Transporte Escolar Acessível – Caminho da Escola prioriza os municípios com maior número de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e que estejam em idade escolar obrigatória. O programa visa garantir que os alunos com deficiência possam frequentar a escola com segurança e autonomia, fornecendo veículos adaptados e transporte escolar adequado (BRASIL, 2013, p. 18). O conceito de aprendizagem para pessoas com deficiência física, no contexto da educação inclusiva, refere-se ao processo pelo qual esses estudantes adquirem conhecimentos, habilidades e competências em ambientes

² Acessibilidade é um direito que garante que a pessoa que tem algum tipo de deficiência tem direitos a um transporte acessível, rampas e banheiros acessíveis.

educacionais que respeitam suas singularidades e garantem condições adequadas para seu pleno desenvolvimento.

Na perspectiva da educação inclusiva, a aprendizagem não pode ser vista como um processo homogêneo, mas deve considerar as necessidades específicas de cada estudante, levando em conta as adaptações físicas, tecnológicas e pedagógicas necessárias para a sua participação ativa e significativa. Para estudantes com deficiência física, isso implica a remoção de barreiras arquitetônicas, como a falta de rampas e mobiliário adequado, assim como a disponibilização de recursos assistivos que possibilitem sua autonomia e engajamento nas atividades escolares. Além disso, a aprendizagem para esses alunos exige uma flexibilização curricular e metodologias de ensino que promovam o desenvolvimento cognitivo e emocional, respeitando o ritmo e as formas particulares de aprender de cada estudante.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa exploratória-descritiva, que busca investigar a relação acessibilidade e aprendizagem em língua portuguesa no ensino médio por estudante com deficiência física. O estudo de caso se realizou em uma escola pública em Caraúbas/RN. Esta pesquisa vai procurar responder quais são as principais dificuldades de aprendizagem em língua portuguesa por aluno com deficiência física, relacionando os conceitos de aprendizagem e de acessibilidade. Para isto, entrevistamos a aluna com deficiência física na escola e a professora de língua portuguesa para conhecer as dificuldades que podem eventualmente, possuir neste componente, como por exemplo se está incluída e participando de todas atividades em sala de aula, analisar as condições de acessibilidade física e pedagógica na escola, sempre verificando a relação acessibilidade e aprendizagem

Os dados dessa pesquisa foram obtidos por meio de observação e de entrevista estruturada foi presencialmente foi utilizado um aplicativo de transcrição de fala com dez questões direcionadas aos dois participantes que são a aluna com deficiência física (questionário com dez questões) e a professora de língua portuguesa na escola estadual Sebastião Gurgel (questionário com nove questões). As visitas à escola aconteceram durante o mês de agosto de 2024. Ambas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da Pesquisa o TCLE.

Por pesquisa qualitativa tomamos o mesmo que a autora Arilda Schmidt (1995) entende que “na pesquisa qualitativa o pesquisador vai a campo buscando "captar" o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes.” De acordo ainda com a mesma autora vários tipos de dados são coletados e

analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. A pesquisa qualitativa é aquela pesquisa que o pesquisador vai fazer uma espécie de tradução, uma interpretação dos dados que ele coletou.

Já por estudo de caso, a autora Arilda Schmidt (1995) define que “estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular”. Segundo ela é uma metodologia de pesquisa específica basicamente onde o pesquisador vai selecionar um conceito para estudar ou turma específica ou aluno específico para desenvolver essa pesquisa. Em nosso caso, escolhemos uma aluna que tem uma necessidade educacional específica, para acompanhar e descrever o processo de aprendizagem desta aluna. A aluna entrevistada possui uma deficiência física e também paralisia cerebral desde que nasceu e começou a estudar na Escola Estadual Sebastião Gurgel no ano de 2024. É moradora da cidade de Caraúbas, todo o dia tem um carro da prefeitura do município que vai buscá-la e deixá-la em casa.

3.1 ANÁLISE DOS DADOS DA ENTREVISTA – PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Nossa entrevista aconteceu durante o mês de agosto na escola Sebastião Gurgel a professora de língua portuguesa que aqui chamaremos de professora Maria para preservar sua identidade. A professora tem mais de sete anos de experiência em língua portuguesa na escola, é professora do primeiro ao terceiro ano do ensino médio. A professora Maria é uma pessoa muito educada, engraçada, receptiva em todas as vezes que estivemos presentes e a todo momento disponível para contribuir com a pesquisa. Também destacamos a disponibilidade da escola, que nos recebeu sempre de maneira muito aberta e acolhedora, facilitando muito nosso trabalho de investigação. Quando perguntada sobre a acessibilidade na escola com relação à aluna, a professora respondeu:

A questão da acessibilidade física tem sim acessibilidade: rampa, banheiro, porta, mesa, cadeira adaptada para ela sim; tem na verdade há uns cinco anos quando a escola começou a receber mais alunos com necessidades especiais. A escola já foi adaptando e hoje a escola tem toda adaptação: salas, banheiros, as entradas com rampas, as mesas, as cadeiras.

E em outra resposta, ainda com relação a acessibilidade a professora comentou: “Nós não temos sala de atendimento educacional especializado (AEE) mas cada sala que tem alunos

com necessidades especiais tem os professores da educação especial que atendem esses alunos já na sala de aula mesmo.” A partir destas respostas analisamos que embora a escola possua acessibilidade De acordo com Anjos (2011, p .4 e 5) As salas de recursos multifuncionais fazem parte da ação do MEC, sendo desenvolvida com os estados e municípios, constituindo-se em um espaço para atendimento educacional especializado (AEE), tendo como objetivo oferecer suporte aos alunos com necessidades educacionais especiais, favorecendo seu acesso ao conhecimento, possibilitando o desenvolvimento de algumas competências e habilidades próprias que serve para auxiliar o aluno que possui qualquer tipo de deficiência e também serve para ajudar no processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência. Nestes casos, quando a escola não possui sua própria sala de AEE, os estudantes desta escola podem ser atendidos pelo AEE da escola mais próxima. Não é a situação desejável, mas é aquela possível até o momento desta entrevista. Quando foi perguntado à professora em relação a acessibilidade do transporte com relação à aluna, ela respondeu que um carro pequeno da prefeitura vai busca-la em casa, comentando: “Tem um transporte, um carro pequeno da prefeitura que vai buscar ela em casa todos os dias trazendo-a e mais dois alunos que tem necessidades especiais”. Isto nos assegura que em termos de acessibilidade espacial a aluna tem os recursos necessários assegurados para sua locomoção e aprendizagem.

Em uma outra resposta relacionada à questão da acessibilidade pedagógica para a aluna a professora comentou:

No dia a dia mesmo tem o livro que a gente faz uma parceria do professor de sala de aula com a professora da educação especial. Aí ela vai adaptando a atividade do livro que a gente vai trabalhando em sala de aula e vai fazer para o nível dela e adaptando no dia a dia e quando é dia de provas e atividade adaptadas ou trabalhos e ela também adapta de acordo com o nível dela.

Ao analisar a resposta da professora percebemos que há uma preocupação constante por parte dela em adaptar o material didático para a aluna, recorrendo ao auxílio da professora de educação especial que participa desta adaptação. A escola e a professora de língua portuguesa demonstram de fato preocuparem-se em garantir tanto a acessibilidade física quanto a acessibilidade pedagógica, dois fatores importantes na relação acessibilidade e aprendizagem noutra paragrafo rever, quando questionada sobre possíveis aulas de reforço, a educadora respondeu que “ela não tem aula de reforço nem na escola nem a particular”. Em geral, os espaços de reforço são importantes para garantir a compreensão de algum assunto ou atividade que exijam mais tempo que aquele dedicado em sala de aula. Ao analisarmos a resposta da professora vimos que a escola necessita desse recurso importante que é a aula de reforço,

necessário para que a aluna tenha possibilidade de melhorar sua aprendizagem, fazendo com que ela desenvolva mais. É certo que, quando a escola não consegue oferecer este serviço, cabe aos pais procurar aulas de reforço que sanem as lacunas do processo de aprendizagem.

Quando questionada sobre aprendizagem e as dificuldades enfrentadas pela aluna na escola a professora comentou:

Bruna aprende sim com os outros alunos. Pronto justamente é com relação à deficiência física. Nem tanto, mas é mais que ela tem uma dificuldade assim de concentração, de memorização, então ela participa muito na aula, mas às vezes na próxima aula ela já esquece. Ela tem dificuldade de memorizar, mas é mais ela compreender bem, a gente participar, ela conversar que ela responde oralmente.

Em uma outra resposta, ainda com relação a aprendizagem e as dificuldades em língua portuguesa a professora continuou:

Pronto nesse caso essas três coisas, ela é melhor na interpretação; agora não consegue ler muito sozinha, a gente vai ler para ela e ela consegue interpretar. Depois de nossa leitura, mas na parte da escrita ela tem dificuldade. Interpretação ela não consegue fazer sozinha, ela não consegue escrever, ela no máximo consegue pintar alguma coisa devido à questão da coordenação motora, mas ela consegue interpretar. Ela presta atenção nas aulas e ela dá uma opinião dela

Analisando as respostas da professora a aluna tem um bom desempenho juntamente com os seus colegas, mas ela apresenta uma dificuldade de memorização e por consequência de interpretação. Esquecendo os conteúdos trabalhados em sala de aula, ela limita as possibilidades de análise e comparações. A outra dificuldade relatada é aquela dificuldade de ler sozinha, mas com a ajuda da professora de língua portuguesa e da cuidadora ela consegue ouvir, compreender e interpretar naquele momento o que está sendo ensinado. Então ela precisa de acompanhamento em uma sala AEE.

Embora, destaque-se que ela consegue se expressar bem oralmente, e possivelmente seja esta habilidade a que melhor pode ser explorada nas aulas de língua portuguesa. Sobre os limites da escrita a professora responde: “Sim ela presta atenção nas aulas só não consegue mesmo escrever devido a questão coordenação motora, mas ela participa da aula, ela verbaliza muito”. Percebemos também através da observação que a aluna participa das atividades em duplas, trios, grupos, auxiliada pela cuidadora e dentro de suas habilidades e limitações motoras, revelando um bom ambiente de inclusão e participação na sala de aula.

3.2 ANÁLISE DOS DADOS DA ENTREVISTA – ALUNA COM DEFICIÊNCIA

Nossa entrevista aconteceu na escola estadual Sebastião Gurgel com a aluna que possui necessidades especiais que aqui chamaremos de Bruna para preservar sua identidade. A aluna está cursando o 1º ano do ensino médio, é uma aluna bastante educada e inteligente, o que faz com que todos os professores gostem muito dela. Estas impressões também foram as minhas durante o período que estive envolvido com esta pesquisa. Inicialmente perguntamos sobre as dificuldades que ela sente para aprender língua portuguesa, especificamente, ao que ela confirmou: “Tenho sim uma dificuldade bastante na escrita, a dificuldade maior que eu sinto é essa na escrita”. Ainda sobre as dificuldades, ela continuou: “Para ler muito não tenho muita dificuldade agora para escrever sim; a professora cuidadora disse que pega um texto pequeno eu faço a leitura em cima daquele texto eu faço perguntas e consigo responder bem”

Sobre estas primeiras dificuldades percebemos que a aluna apresenta essa crise na escrita, que embora seja comum a muitos alunos de língua portuguesa, no seu caso, a impede de realizar suas atividades sozinha e depender da cuidadora para entender o processo da escrita e assimilar a maneira como as frases e os parágrafos são construídos. Quando um aluno possui importante limitação motora nos membros superiores, é importante ensiná-lo a entender a escrita e suas normas, ainda que não consiga escrever sem ajuda de ninguém. Este esforço na aprendizagem, auxilia nas atividades de oralidade e interpretação de texto posteriormente. Com relação à educação inclusiva e a sentir-se incluída pela escola e na sala de aula, a aluna destaca que “Sim me sinto muito bem incluída na escola e na sala de aula; os colegas me tratam muito bem, tenho uma boa relação com os meus colegas, uma boa relação com os professores. Sim, sou aceita por todo mundo”.

Para destacar este sentimento de inclusão ela também respondeu ao lado de quem costuma realizar trabalhos em sala de aula: “Sim, eu faço trabalho com minhas colegas. Meu grupo é Ana e Debora”. Fazer a experiência da inclusão, passa por este sentimento de pertencer e ser aceito pelo grupo da mesma faixa etária, mesmo ano escolar. Muitos estudantes com deficiência, ainda que frequentem a escola, fazem a triste experiência de ficarem isolados na sala de aula, escanteados realizando atividades que em muito pouco irão contribuir com seu aprendizado, enquanto os demais colegas, cumprem e participam das atividades solicitadas pelo professor em sala. De acordo com (VYGOTSKY, 1991, p. 77) "O aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento".

A aluna também evidenciou que participa das feiras de ciências, das atividades de campo, mas que ainda não havia realizado nenhuma viagem até o momento. Sobre a sala de atendimento educacional especializado, seu atendimento acontece em outra escola, na Escola Josué, na qual estudava anteriormente. Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A adaptação do material ou das avaliações também podem ocorrer por intermédio deste atendimento, ainda que a cuidadora em sala de aula desempenhe este papel. A implantação de salas de AEE em cada escola deve ser uma luta constante, dada sua importância e ainda que a aluna não a frequente neste momento, ela não deixa de reconhecer a importância que teve o AEE em sua antiga escola.

Finalmente quando questionada sobre como gostaria que acontecessem as aulas de língua portuguesa a aluna respondeu: “Gostaria que fossem assim um pouco mais fácil, né”. Esta dificuldade comum com a língua, embora seja o centro de nossa pesquisa, percebemos que também é comum a estudantes que não tem deficiência. Português continua sendo uma matéria difícil segundo o entendimento dos alunos, onde regras e gramática ocupam boa parte das aulas e no caso daqueles que possuem deficiência com limitação na escrita, estas dificuldades comuns parecem ser maiores.

Possivelmente a professora de língua portuguesa, pelo que analisamos e observamos, esforça-se para levar o melhor entendimento de língua portuguesa para os alunos e também para a aluna que possui deficiência. Diversificar materiais, gêneros, trabalhar com a literatura, são alguns exemplos destes esforços realizados pela professora. Assim reforçamos que o atendimento educacional especializado é de grande ajuda para estes alunos com deficiência, além das aulas de reforço escolar, que podem suprir carências que não conseguem ser sanadas em sala de aula. Lutar por estes serviços no espaço da escola, revelou-se como algo fundamental em nossa relação que estabelecemos entre acessibilidade e aprendizagem. A última pergunta que fizemos tratou sobre as expectativas da aluna após o ensino médio: “Talvez algum dia eu vou tentar fazer o Enem pra entrar em algum curso na UFERSA porque é mais perto pra mim”.

Concluimos analisando que, também como muitos estudantes da escola regular matriculados no ensino médio, os estudantes com deficiência também aspiram o ensino superior para continuar sua formação. O sonho de ver um filho jovem formado também está presente em famílias que possuem filhos com deficiência, como nos relatou a aluna. Ao finalizar este

trabalho, reforçamos a importância da educação inclusiva nas comunidades escolares, dos materiais adaptados, dos cuidadores em sala de aula e da própria sala do atendimento educacional especializado para uma educação justa e equitativa. O número de alunos com deficiência que passam a fazer parte das escolas, institutos e universidades, cobram de cada um de nós, professores e futuros professores de língua portuguesa o compromisso pessoal e pedagógico com este binômio: acessibilidade e aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho nossa intenção foi procurar compreender a relação entre acessibilidade e aprendizagem, visto que cada vez mais pessoas com deficiência frequentam os espaços escolares e universidades. Acessibilidade é um tema conhecido no Brasil, possui legislação específica, todos nós, via de regra, conhecemos algo sobre acessibilidade e a aprendizagem tornar-se melhor quando há maior acessibilidade, garantindo que todos aprendam, aqueles que tem deficiência e aqueles que não possuem nenhum tipo de deficiência.

Como trabalho de campo procuramos entrevistar a professora de língua portuguesa em uma escola estadual em Caraúbas/RN e uma aluna com deficiência física desta mesma escola. Em muitos momentos durante a entrevista, a professora tratou sobre a importância da acessibilidade e a superação das barreiras que a escola possuía e como aspecto de reforço, percebemos a importância da sala de AEE e das aulas de reforço para um acompanhamento personalizado do aprendiz. Adquirir equipamentos e tecnologia assistiva, também é algo que vimos como importante a partir da pesquisa de campo.

Com relação à aprendizagem por estudante com deficiência, concluímos que as habilidades orais são importantes recursos a serem explorados quando a pessoa com deficiência possui limitação motora significativa dos membros superiores, limitando a expressão através da escrita; existem equipamentos simples de suporte como engrossadores, que facilitam o manejo com lápis e canetas e que podem ser adquiridos pelas secretarias de educação, por exemplo. Aquisições de equipamentos acessíveis podem ser realizados pelas secretarias de educação ano a ano e ainda que não cheguem a tempo de serem utilizados por uma aluna em específico, servem a gerações futuras de pessoas com deficiência que continuarão a frequentar o espaço escolar. Também concluímos que a sociabilidade através de trabalhos em duplas, grupos, estratégia utilizada pela professora, também são importantes para a aprendizagem enriquecendo os relacionamentos pessoais e a cooperação nos momentos de aprendizagem.

Todo professor, principalmente professores de língua portuguesa, que em geral possuem a maior carga horária na escola e estão presentes em muitas turmas e salas de aula, irão se deparar em algum momento de sua trajetória profissional com alunos que possuem diferentes tipos de deficiência e procuramos através deste trabalho de pesquisa, demonstrar que é possível relacionar acessibilidade e aprendizagem, ainda que casos específicos possam ser bastantes desafiadores para os educadores. Mesmo com as dificuldades, torcemos para que as escolas e os profissionais da educação continuem formando e ensinando de maneira equitativa a todos que veem na escola um local para continuar crescendo e aprendendo cada vez mais.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Isa Regina Santos dos. **Dotação e talento**: concepções reveladas em dissertações e teses no Brasil. 2011.

ASPILICUETA, Patrícia et al. **A questão linguística na inclusão escolar de alunos surdos**: ambiente regular inclusivo versus ambiente exclusivamente ouvinte. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 19, p. 395-410, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm, acesso em 21 de jul. de 2024

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>.

GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. **A acessibilidade e a educação**: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. Revista Educação Especial, v. 25, n. 43, p. 217-232, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. Summus Editorial, 2015.

MELO, F. R. L. S.; GONÇALVES, M. de J. **Acesso e permanência de estudantes com deficiência física no ensino superior. Inclusão no ensino superior**: docência e necessidades educacionais especiais, p. 83-104, 2013.

NETO, Antenor de Oliveira Silva et al. **Educação inclusiva**: uma escola para todos. Revista Educação Especial, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.

Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008a. __. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**.

SIQUEIRA, Inajara Mills; SANTANA, Carla da Silva. **Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 16, p. 127-136, 2010.

SOUZA, Solange Jobim; KRAMER, Sonia. O debate Piaget/Vygotsky e as políticas educacionais. Cadernos de pesquisa, n. 77, p. 69-81, 1991

